

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG

PEDAGOGIA

NATHALIA ASSIS LOPES

**A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA DENTRO DAS
ESCOLAS**

Varginha

2016

NATHALIA ASSIS LOPES

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA DENTRO DAS ESCOLAS

Monografia apresentada ao Centro Universitário do Sul de Minas Unis/MG, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Orientadora: Profa. Ma. Humberta Porto Gomes Machado.

Varginha
2016

NATHALIA ASSIS LOPES

**A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA DENTRO DAS
ESCOLAS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS/MG, como pré requisito para obtenção do grau de Licenciatura, pela Banca Examinadora composta pelos membros.

Aprovado em

Prof. Ma. Humberta Porto Gomes Machado

Prof. Ariovaldo Francisco da Silva

Prof. Terezinha Bitencourt Silva Teodoro

OBS.:

Dedico este trabalho aos meus pais por toda luta e dedicação para me fazerem chegar a realização de um sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força para nunca desistir. Aos meus pais por todo amor e apoio, meu irmão pela cumplicidade. Ao Filipe por me incentivar sempre. A professora Humberta por toda ajuda. E a todas as pessoas que esperaram pela minha formação torcendo e acreditando que ela seria possível, eu agradeço.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”

Charles Chaplin

RESUMO

Este trabalho aborda o preconceito racial existente na sociedade e a necessidade de combatê-lo através da educação. Tal abordagem se justifica devido ao grande preconceito racial existente no Brasil, mesmo sendo um país com grande diversidade cultural, formado a partir de diferentes povos, contudo, essa realidade discriminatória pode ser modificada através da educação. O objetivo desta monografia é discutir a importância de trabalhar com a cultura afro-brasileira e as diferenças raciais dentro das escolas, principalmente nos anos iniciais, como um meio de combate ao preconceito. Este propósito será conseguido através da revisão bibliográfica de livros e artigos científicos relacionados ao tema. O estudo comprovou que as crianças mesmo não sabendo claramente o conceito de preconceito, o praticam por diversas influências e para combater o mesmo é necessário inserir um trabalho relacionado com as questões raciais dentro das escolas, principalmente nos anos iniciais, quando ainda estão sendo construídas as noções de certo ou errado.

Palavras-chave: Preconceito. Racismo. Superação. Escola. Diversidade.

ABSTRACT

This work deals with the racial prejudice that exists in society and how to fight it through education. Such an approach is justified due to the large racial prejudice that exists in Brazil, despite being a country with great cultural diversity, formed from different people, however, this situation can be changed through education. The purpose of this article is to discuss the importance of working with Afro-Brazilian culture and racial differences inside the schools, particularly in the early years, as a means of combating prejudice. This purpose will be achieved by literature review of books and scientific articles related to the topic. The study found that children, even not knowing clearly the concept of prejudice, they practice it by several influences and to combat it is necessary to insert a work related to racial issues within schools, especially in the initial years, when are still being built the notions of right and wrong.

Key-Words: *Prejudice. Racism. Overcome. School. Diversity.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 BREVE HISTÓRICO DO CONTINENTE AFRICANO.....	10
2.1 A escravidão e a chegada dos africanos no Brasil.....	11
3 PRECONCEITO E A DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL.....	14
3.1 Legislação educacional brasileira e a cultura afro-brasileira.....	15
4 ACULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS.....	18
4.1 A educação como meio de combate ao preconceito.....	18
4.2 Maneiras de trabalhar com a história africana em sala de aula.....	19
5 CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a importância do estudo da cultura afro-brasileira dentro das escolas, assim como a relevância de trabalhar com esse tema como parte do currículo. O Brasil é um país de diversidade e pluralidade cultural e racial, por isso acredita-se ainda hoje, em um mito da democracia racial, em que não existe preconceito e racismo. Contudo, é nesse contexto que a discriminação racial se insere, mesmo dentro das escolas, entre professores, alunos e funcionários e gera o silêncio que se torna uma constante nas relações sociais, conscientemente ou não. No entanto, a educação não tem cor, e é possível, através de discussões e projetos bem elaborados combater o preconceito racial existente, sendo o currículo o primeiro passo para essa luta.

A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica que “trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, [...], com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o mesmo” (LAKATOS E MARCONI, 1987, p. 66). Ela se dividiu em três capítulos. No segundo acontece uma breve abordagem sobre o continente africano e a chegada dos negros ao Brasil. No capítulo seguinte é tratada a realidade do preconceito existente no continente brasileiro e a abordagem nas leis. Para finalizar esse trabalho, é mostrado as diferentes formas de trabalhar com a cultura afro-brasileira dentro das escolas, a fim de combater o preconceito através da educação escolar, gerando uma sociedade mais justa e igualitária.

Tal abordagem se justifica pela existência do preconceito racial presente em uma sociedade composta por uma vasta pluralidade cultural. Diante disso faz-se necessário uma conscientização sobre o tema para a valorização das diversas culturas presente no Brasil. É necessário ressaltar também a importância dessa pesquisa para a comunidade nos dias atuais como um meio de auxílio na superação do preconceito dentro das escolas, destacando as diversas maneiras de trabalhar com o tema como parte integrante do currículo.

O objetivo deste trabalho é destacar a importância do estudo da cultura afro-brasileira dentro das escolas, explicitar como é possível trabalhar com esse tema e tratar as diferenças raciais, sem criar noção de preconceito na criança.

2 BREVE HISTÓRICO DO CONTINENTE AFRICANO

A África é o continente mais antigo do planeta, através dela se formou os contornos terrestres como conhecemos hoje. “Foi nesse imenso território que teve origem o lento processo de evolução da espécie humana, há cerca de 4,5 milhões de anos.” (MACEDO, 2013, p. 12). Cercada pelos oceanos Índico e Atlântico e pelos mares Vermelho e Mediterrâneo, a formação geológica de sua superfície remonta ao período situado entre 3,6 bilhões e 300 milhões de anos.

Macedo (2013) afirma que foi no continente africano que ocorreu o processo de hominização, ou seja, o processo de transformação que deu origem aos primeiros homens. No período paleolítico (Idade da Pedra Lascada), houve um grande processo migratório para outros continentes e devido as mudanças climáticas no continente, grande parte dos homínídeos migrou, contudo uma outra parte permaneceu naquele local. O autor acredita que as mudanças no tom de pele e transformações físicas ocorreram nesse período, devido a longa permanência nas zonas frias, ele afirma que isso pode ter contribuído para uma cor de pele mais clara e afinamento do nariz. Enquanto que, os que permaneceram nas áreas africanas e mais quentes tiveram a pigmentação escura acentuada. Foi nesse período que surgiram as primeiras instituições sociais, havendo grandes avanços tecnológicos, tais como a descoberta do fogo e da agricultura.

A diversidade africana é enorme, começando por suas paisagens como florestas, savanas, montanhas e lagos. Os rios do continente são os principais meios de comunicação. Eles foram os responsáveis pelo desenvolvimento de grandes civilizações devido as margens férteis que possibilitaram o desenvolvimento da agricultura e a criação de animais. Além da comercialização através dos meios de transporte fluviais.

O continente africano possui uma grande variedade de povos e sociedades. Além dos povos nômades, existiram diferentes formas de organizações sociais africanas, os grandes reinos africanos mais conhecidos eram do Egito, Songai e Mali e outros pequenos agrupamentos de pessoas. O que caracteriza essas comunidades é que todas se organizavam a partir de uma relação de fidelidade para com o chefe e também o grau de parentesco. “Assim, todos ficavam unidos pela autoridade de um dos membros do grupo, geralmente mais velho e que tinha dado mostras ao longo da vida da sua capacidade de liderança, de fazer justiça, de manter a harmonia na vida de todo dia.” (SOUZA, 2007, p. 31). Todos nas aldeias eram subordinados ao chefe, que era responsável pelo bem estar, que contava com o apoio dos conselhos para auxílio nas decisões. Algumas aldeias eram ligadas e um dos principais

motivos eram os casamentos entre pessoas de diferentes famílias, assim como as trocas de produtos.

Uma das sociedades conhecidas e presentes nos currículos escolares foi o Egito, que se desenvolveu nas margens do rio Nilo, o que contribuiu consideravelmente para seu rápido desenvolvimento. Existiam outras menos desenvolvidas que passaram a ser sedentárias a partir da criação de animais e cultivo da agricultura. O deserto do Saara foi uma das rotas de comercialização entre esses povos, sendo chamado de comércio transaariano. Foi nesse momento que os africanos começaram a utilizar animais para transporte.

O deserto do Saara divide a África em duas partes. Uma situada abaixo do deserto, chamada subsaariana, e a outra na região do Saara, e por isso denominada Saariana. A primeira é considerada uma das regiões do mundo com maior diversidade linguística, contudo menos conhecida. Ela é subdividida em regiões, que se caracterizam quanto à diversidade étnica, cultural, econômica e política. As quatro regiões são chamadas de África Ocidental, África Central e Meridional, África etíope e África da Costa Oriental. Estendendo-se do Egito ao Marrocos, tem-se a chamada África Saariana que é muito influenciada pelos povos fenícios, gregos, romanos e árabes. Além dos egípcios, os líbios também contribuíram para o desenvolvimento da África do norte. (PORTO, 2013, p. 14).

Apesar dessa diversidade, ainda hoje, a África é vista como um continente que possui uma cultura singular e continua sendo deixada de lado nos currículos escolares. Mesmo fazendo parte da construção da cultura brasileira.

2.1 A escravidão e a chegada dos africanos no Brasil

De acordo com Macedo (2013) a escravidão ocorrida na África gerou graves consequências para o continente, inclusive o atual estado de pobreza. Segundo o autor, o deslocamento forçado dos povos africanos provocou a maior emigração da história da humanidade. Contudo esse fator deu origem a um novo fenômeno, chamado por Macedo, de transposição de elementos das culturas africanas e a interação para onde os africanos foram levados.

A chegada dos africanos no Brasil ocorreu por meio da escravidão, eles foram trazidos através de navios negreiros e contra sua vontade. Macedo (2013) afirma que o Brasil foi o maior receptor de escravos do mundo, recebeu cerca de 4 milhões de escravos. Segundo Souza (2007), os homens escravizavam outros considerados como diferentes, inimigos e inferiores, através das guerras, onde os prisioneiros eram vendidos ou trabalhavam. Contudo

existiam outros motivos para se tornar escravo, por exemplo, transgressões de condutas como crimes. “Na África, indivíduos podiam ser reduzidos em cativeiros em três situações principais: por compra e venda, por dívida ou por guerra.” (MACEDO, 2013, p. 101).

As primeiras expedições portuguesas e o comércio com reis africanos eram em busca do ouro e de especiarias, além da expansão do cristianismo. Dessa forma os portugueses ocuparam terras africanas, afirmando serem escolhidos por Deus. Ocorria a negociação com comerciantes locais e sequestro de pessoas, julgadas infiéis, para serem vendidas como escravos. O tráfico de escravos ocorria em uma relação de interesses comerciais entre mercadores de escravos de outros continentes e líderes africanos que detinham autoridade sobre seus povos. (MACEDO, 2013, p. 100).

Os portugueses foram pioneiros não só na exploração da costa africana e no estabelecimento de certos tipos de relação com as populações locais, sendo depois seguidos por ingleses, franceses e holandeses, mas também na montagem de um sistema de produção de açúcar, baseado no trabalho escravo, que se espalhou por toda a América. (SOUZA, 2007, p. 56).

Souza (2007) afirma que várias regiões africanas forneceram escravos para a América por aproximadamente 350 anos. No Brasil, os primeiros trabalhos eram na produção açucareira, logo depois passaram a trabalhar em minas de ouro e prata e no cultivo de produtos como o algodão, tabaco e café. O escravo chegou a ser considerado a mercadoria mais valiosa ao lado do ouro. Na sociedade brasileira existia uma norma de possuir escravos, para trabalhos pesados e desagradáveis que rendesse dinheiro aos senhores. Assim, todos com o mínimo de condições possuíam escravos.

As viagens nos navios duravam meses e eram muito penosas, os porões sempre lotados, os africanos precisavam se apertar para conseguirem dormir no chão. “Eles passavam quase todo o tempo acorrentados e, no momento do embarque, ou ainda nos barracões costumavam ter o corpo marcado a ferro quente com as iniciais ou símbolos dos proprietários.” (MATTOS, 2007, p. 101).

Como vimos, o continente africano em geral e em particular as regiões onde moravam os africanos escravizados trazidos para o Brasil eram povoados por uma enorme variedade de povos, que falavam línguas diferentes, organizavam de maneira diversa suas sociedades (mesmo que muitas vezes partilhando aspectos fundamentais de suas instituições) e tinham religiões, atividades econômicas e habilidades diferentes. Quando condenadas pelas leis de suas sociedades, capturadas em suas aldeias ou nos caminhos que as ligavam a outras, ou então em batalhas, essas pessoas viam seu mundo acabar em um horizonte de incertezas se descortinar. (SOUZA, 2007, p. 84, grifo do autor).

Após uma grande reorganização social, onde os africanos foram trazidos forçosamente para a América, houve um processo que foi denominado por Macedo (2013) de africanidade, onde marcas da cultura africana se mesclaram com outras culturas. No Brasil, Souza afirma que africanos de diferentes regiões emprestavam uns aos outros aspectos culturais de seus povos, como lendas, crenças, ritos religiosos, conhecimentos práticos e dessa forma se formava uma nova cultura africana, diferente das existentes na África. Essas relações também aconteciam entre africanos e os chamados crioulos, negros nascidos no Brasil, que possuíam tratamentos diferenciados, mesmo sendo escravos. “Esse era o primeiro passo, de muitos outros, do afastamento dos africanos da África e da sua aproximação do Brasil, país que ia sendo construído também a partir da sua contribuição.” (SOUZA, 2007, p. 104).

Deste modo, o processo pelo qual os primeiros africanos chegaram em terras brasileiras, muito influenciou na origem do preconceito racial, pois aqui esses homens não foram vistos como seres humanos e sim como animais. O que fez com que fossem menosprezados e muito discriminados.

3 PRECONCEITO E A DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL

O Brasil é um país de miscigenação cultural, composto por diferentes culturas, religiões e raças, essas diferenças podem ser notadas até mesmo na maneira de falar que varia entre as regiões do país. Isso se deve ao fato das diversas influências culturais ocorridas desde a colonização. Percebe-se então uma mistura que tem início na chegada dos portugueses ao Brasil. É um país de pluralidade cultural, o que significa dizer segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais que é a “afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano.” (BRASIL, 1997, p. 19). Assim, a cultura afro está presente no cotidiano, ela faz parte da brasilidade conhecida no exterior e a valorização da mesma é de suma importância para combater o preconceito. É preciso reconhecer esse Brasil plural, e trabalhar maneiras de ampliar cada vez mais o respeito à multiculturalidade brasileira no geral, apropriando-se desse pluralismo existente em todos os espaços sociais, inclusive nos ambientes de educação.

Durante muito tempo, não existiram discussões acerca do assunto preconceito no Brasil, e por isso criou-se um falso mito da democracia racial, refletido apenas no silêncio e que ampliava consciente ou inconscientemente este preconceito. Nota-se isso, diante de vítimas de racismo ou preconceito, que por sofrerem tal ato, calam-se diante de tal brutalidade. Outros, contudo, acatam o preconceito e o assumem com naturalidade o que gera novamente o silêncio. Atualmente, essas discussões sobre o assunto dividem opiniões diferentes. De acordo com Rita de Cássia Fazzi em seu livro “O drama racial de crianças brasileiras” (2012), uma das interpretações é a que valoriza a convivência harmoniosa entre brancos e não brancos, isso devido ao fato de não existir conflitos raciais violentos, gerados pela origem, como se observa em outros países como os Estados Unidos.

Uma contribuição importante no esclarecimento dessa tensão foi dada por Oracy Nogueira quando caracterizou o preconceito atuante no Brasil como sendo de marca, e o preconceito atuante nos Estados Unidos (polo privilegiado de comparação) como sendo de origem. Dessa forma, a aparência é uma característica mais importante do que a origem na formação do preconceito racial brasileiro. Essa afirmação sugere que a miscigenação intensa contribuiu para diluir o preconceito racial sem, no entanto, aboli-lo. Segundo Nogueira, a ideologia brasileira de relações raciais contém tanto elementos preconceituosos quanto elementos igualitários. (FAZZI, 2012, p. 18, grifo do autor).

Contudo, o que difere esses países é que no Brasil a aparência é um fator determinante, enquanto no segundo a origem é que determina o preconceito. A outra corrente

afirma a existência do preconceito racial, devido principalmente à criação de um sistema de classificação, por exemplo, moreno, que significa não ser negro. Seguindo a segunda corrente, pode-se afirmar que para combater o preconceito existente é necessário acabar com esse mito gerado pela primeira.

Esse racismo traz graves consequências para as vítimas que acabam se tornando excluídas socialmente. Para conscientização e negação da discriminação é necessário iniciar um trabalho a partir da educação e principalmente através dos currículos, é preciso trabalhar essa questão diariamente em sala de aula, partindo de um pressuposto que existe diferentes culturas e que elas devem ser valorizadas. Também é importante iniciá-lo nos primeiros anos de escolaridade, quando as crianças ainda não possuem uma ideia concretamente formada sobre o preconceito. É um trabalho árduo, portanto é necessário contar com o apoio de leis para instalação de medidas relacionadas ao assunto no ambiente educacional.

3.1 Legislação educacional brasileira e a cultura afro-brasileira

José Ricardo Oriá Fernandes em seu artigo “Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades” cita uma pesquisa do IBGE (censo de 1991) que mostra as estatísticas da escolarização dos negros e revelam a desigualdade na garantia de seu direito de acesso e permanência na escola. “Por exemplo, enquanto o analfabetismo atinge cerca de 8,3% de brancos, 20% dos negros são analfabetos. Apenas 2% de jovens negros tem acesso ao ensino superior, contra 98% de brancos.” (FERNANDES, 2005, p. 381). Para mudar esse quadro é muito importante o apoio de leis e do governo para criação de medidas educacionais e sociais que busquem soluções para a garantia dos direitos dos negros de acesso e permanência na escola e estudo continuado, conseqüentemente possibilitando a diminuição do preconceito racial. Ensinar e mostrar a cultura africana, tal como ela é, pode ser considerado o primeiro passo para inserir o tema e trabalhar com o assunto nas escolas. Conhecer a verdadeira história dos negros e africanos pode contribuir significativamente para a superação de uma ideologia onde o homem negro é considerado inferior.

A Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 26, estabelece que nas escolas nos ensinos Fundamental e Médio é obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Em 10 de março de 2008, a Lei 11.645 retifica a LDB e passa a vigorar da seguinte forma:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). (PORTO, 2013, p. 3, grifo do autor)

Outro ponto de destaque em relação ao tema é a Lei 10.639 que diz:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (PORTO, 2013, p. 3, grifo do autor)

A questão do preconceito racial é um assunto mundialmente tratado que deve ser questionado e analisado com o tal respeito e cuidado que merece. Portanto, a escola possui papel fundamental na luta contra o preconceito e a discriminação racial. É necessário o apoio de todos nesse tema e antes de tudo deve-se entender a realidade acerca do mesmo, e a educação pode-se dizer que deve ser a chave mestra para isso.

Os desafios em inserir a diversidade na educação básica estão em exigir medidas políticas que garantam a todos o acesso a uma educação de qualidade, principalmente àqueles excluídos historicamente. Vale ressaltar, que além do acesso à educação também é de extrema importância a permanência desses alunos na escola, ou seja, garantir o acesso e permanência na escola a todos, para que tenham uma educação de qualidade. Para isso, é necessária uma ação que envolva o Estado, a comunidade, as escolas e os diversos movimentos sociais que considerem diversos aspectos como reorganização do tempo e espaço escolar para realização do trabalho com a diversidade presente nas escolas; inserir discussões sobre diversidade e currículo na formação inicial e continuada dos profissionais da área de educação; garantir que as comunidades indígenas utilizem suas línguas maternas e processos próprios de

aprendizagem, com ensino bilíngue e a formação de professores dentro das próprias comunidades; implementar novas formas de organização e gestão para a educação de jovens e adultos, escolas do campo, povos da floresta e estudantes com deficiências; reconhecer, garantir e construir projetos políticos pedagógicos voltados à educação das comunidades quilombolas; adotar medidas político-pedagógico que garantam tratamento ético e espaço propício às questões de raça/etnia, gênero, juventude e sexualidade na prática social da educação; criar condições políticas e pedagógicas que garantam a implementação da Lei n.10.639/03; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

Ao envidar esforços o Estado, a sociedade, a comunidade e a escola podem juntos construir atitudes que combatem o preconceito e a discriminação, visto que somente a legislação não é capaz de mudar a mentalidade de um povo.

4 A CULTURA AFRO BRASILEIRA NAS ESCOLAS

Sendo o Brasil, um país composto por uma vasta pluralidade cultural de origem já em sua colonização é importante à valorização das mais diversas manifestações culturais para a garantia de direitos e tratamentos iguais a todos, e perceber que mesmo diante de tanta heterogeneidade ainda existe preconceito que se manifesta de diferentes formas. Uma das maneiras de abordar a cultura africana para a valorização da mesma é através da educação, que ainda oferece uma vantagem, pois a criança passa a ter contato com essa cultura desde cedo.

Desde 2003, a Lei federal nº 10.639 tornou obrigatório o ensino da história e cultura da África e dos afrodescendentes no ensino fundamental e médio. Não foi uma decisão unilateral imposta de cima para baixo, mas o atendimento de uma reivindicação encaminhada pelos movimentos sociais. O objetivo é romper com o silêncio que persiste nos currículos tradicionais e ampliar o espaço da África e dos africanos na memória coletiva do Brasil, que é considerado o país com maior população afrodescendente do mundo. (MACEDO, 2013, p. 7).

4.1 A educação como meio de combate ao preconceito

A formação histórico-social do Brasil representa uma nação multirracial e pluriétnica, contudo, a escola ainda não consegue trabalhar com essas questões e conseqüentemente com os alunos de estratos sociais mais baixos, onde se incluem principalmente os alunos negros e mestiços. A pluralidade cultural brasileira gera conflitos, o que torna cada vez mais difícil para os profissionais de educação trabalhar com o tema em sala de aula. Muitas vezes, o preconceito racial acaba gerando desigualdades educacionais, o que se comprova pelo fato de que a participação das crianças negras na última série do Ensino Médio representa a metade da registrada na 4ª série, além disso, a escolaridade média de um negro brasileiro com 25 anos gira em torno de 6,1 anos e um branco na mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. Os currículos e manuais didáticos silenciam e até omitem a história das populações negras e indígena contribuindo para elevar esses índices de evasão e repetência das crianças de origens sociais mais pobres. Fernandes mostra que de acordo com a Fundação Carlos Chagas através de pesquisas realizadas, os resultados afirmam que a escola não sabe lidar com a diversidade cultural.

Os dados revelam que a criança negra apresenta índices de evasão e repetência maiores que os apresentados pelas brancas. A razão disso tudo, segundo a pesquisa, era devido aos seguintes fatores: conteúdo eurocêntrico do currículo escolar e dos

livros didáticos e programas educativos, aliados aos comportamentos diferenciado do corpo docente das escolas diante de crianças negras e brancas. (FERNANDES, 2005, p. 381).

É difícil trabalhar pedagogicamente com a diversidade, principalmente quando se trata do Brasil, onde prevalece uma exclusão social e racial. Na educação essa exclusão é notável através da negação e trato desigual dado as diferenças.

Por outro lado, se esse trabalho ocorrer de forma coerente pode enriquecer e renovar a atuação pedagógica. É necessário adotar uma postura crítica em relação à diversidade cultural e levá-la para os currículos escolares. A educação é um dos meios mais eficazes de combater o preconceito existente na sociedade, inclusive nas escolas que pode ser gerado por alunos, funcionários e até mesmo professores.

O desafio está em desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor do que outro. Na realidade, todos são diferentes, tal constatação e senso político podem contribuir para se avançar na construção dos direitos sociais. (BRASIL, 2007, p. 30).

Daí a necessidade de iniciar o trabalho com a cultura afro brasileira nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, quando questões de certo ou errado estão sendo desenvolvidas nas crianças. É de extrema relevância que as crianças tenham uma real noção do preconceito e suas consequências para a sociedade em que vivem, para que elas saibam que ele é consequência de uma grande injustiça social. É necessário levá-las a refletirem sobre essa questão mostrando verdadeiramente a história da África e dos negros, que não se tornaram escravos por livre e espontânea vontade, mas foram obrigados.

4.2 Maneiras de trabalhar com a história africana em sala de aula

Um grande passo para iniciar o trabalho com a cultura afro-brasileira dentro das escolas é através dos currículos, que segundo Porto (2013) possui pouca ou quase nada com relação a esse assunto, diferentemente da cultura europeia, contudo, é inegável a importância dele dentro da escola, pois é através dele que as coisas acontecem. Todos conhecem boa parte da história europeia, das conquistas e riquezas, porém pouco se tem a dizer sobre a África e principalmente o período pré-escravocrata. “Em um país com 44% de população afrodescendente, quantas pessoas conhecem a rainha Nzinga, líder da libertação do reino africano Ndongo em 1660, ou Dandara, guerreira do Quilombo dos Palmares, ao lado de Zumbi?” (PORTO, 2013, p. 01). Nos livros de história existe uma visão eurocêntrica da

história do Brasil, inicia-se o trabalho a partir da chegada dos Portugueses, ignorando a presença de povos que já se encontravam nesse território. Os currículos estão norteados pelas relações de poder, e uma hierarquia que valoriza certas disciplinas tais como matemática e português, as disciplinas chamadas científicas sobressaem-se diante das disciplinas referentes às artes e ao corpo.

Nessa hierarquia, legitimam-se saberes socialmente reconhecidos e estigmatizam-se saberes populares. Nessa hierarquia, silenciam-se as vozes de muitos indivíduos e grupos sociais e classificam-se seus saberes como indignos de entrarem na sala de aula e de serem ensinados e aprendidos. Nessa hierarquia, reforçam-se relações de poder favoráveis à manutenção das desigualdades e das diferenças que caracterizam nossa estrutura social. (BRASIL, 2007, p. 27).

Nos currículos há uma lacuna nos conteúdos, além da falta de assuntos ligados a cultura afro-brasileira que apontem para a importância desta população na construção da identidade do Brasil. Além disso, a maioria dos livros didáticos, não mostram a real figura do homem negro e suas características o que acaba sendo outro fator negativo. Eles valorizam os “heróis nacionais” na maioria das vezes branco e excluem as minorias étnicas, especialmente índios e negros, ou retratam de maneira pejorativas e folclorizada, “dando-se ao europeu a condição de portador de uma cultura superior e civilizada”. (FERNANDES, 2005, p. 380).

Para elaboração de currículos bem orientados culturalmente é necessária adoção de uma nova postura, que aceite as diversas manifestações culturais e incluir artefatos da vivência e realidade dos alunos. Para isso é preciso abrir as portas das escolas para as diferentes manifestações da cultura popular e erudita e promover interações entre essa diversidade.

Segundo Porto (2013) há alguns erros e acertos ao tratar a temática da cultura afro brasileira em sala de aula. Os erros são abordar a história dos negros a partir da escravidão, apresentar o continente africano cheio de estereótipos, como o exotismo dos animais selvagens, a miséria e as doenças, pensar que o trabalho sobre a questão racial deve ser feito somente por professores negros para alunos negros e acreditar no mito da democracia racial. Os acertos são aprofundar-se nas causas e consequências da dispersão dos africanos pelo mundo e abordar a história da África antes da escravidão, focar as contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em favor do povo negro. “Os movimentos sociais vão além da compreensão da diversidade como a construção história, social e culturas das diferenças. Eles politizam as

diferenças e as colocam no cerne das lutas pela afirmação dos direitos.” (BRASIL, 2007, p. 32).

Os movimentos sociais como de consciência negra lutam em todo território nacional em favor da igualdade de direitos a todos independentemente de sua raça ou cor e defendem para isso um estudo pautado e na valorização de aspectos da cultura afro-brasileira, por isso é fundamental a inserção de ensino da história da África nos currículos escolares como um meio de combate ao preconceito.

Somente o conhecimento da história da África e do negro poderá contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da autoestima de milhares de crianças e jovens que se veem marginalizados por uma escola de padrões eurocêtricos, que nega a pluralidade étnico-cultural de nossa formação. (FERNANDES, 2005, p. 382).

A questão racial é assunto de todos e deve ser conduzido para a reeducação das relações entre descendentes de africanos e de outros povos, reconhecer a existência do racismo no Brasil e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana.

Para trabalhar com essas questões, o PCN voltado à questão da pluralidade cultural afirma o quanto é importante esclarecer o caráter interdisciplinar desse conteúdo e ainda mostra diversas maneiras de se trabalhar com ele em sala de aula. Sendo através dos fundamentos éticos, que deve necessariamente procurar trabalhar com a questão da diversidade cultural e conseqüentemente o preconceito existente e já enraizado na sociedade. Com relação a conhecimentos jurídicos pode-se nortear o trabalho mostrando para a criança que existem leis, conferências e reuniões acerca do assunto que mostram possibilidades que se abrem para acabar com a discriminação. Nas disciplinas de história e geografia tem-se muito o que trabalhar com os alunos, explorando conteúdos relativos à história da África, aspectos geográficos, como o relevo e a diversidade regional, além de dados estatísticos sobre a população. Na sociologia é possível trabalhar a interação, diferenças e relações humanas e na antropologia a questão da alteridade pode ser destaque. Em linguagens e representações o professor pode trabalhar os diferentes tipos de línguas e a importância de todas elas. Também é possível trabalhar a questão da intertextualidade, criar projetos, pesquisas e trabalhos que envolvam os alunos com a questão abordada. Além é claro de trabalhar os contos africanos desde os anos iniciais.

Todos esses trabalhos são apenas exemplos, mas o professor pode e deve sempre buscar novas maneiras de trabalhar a cultura afro brasileira em sala de aula, levando a diversidade do currículo. O professor deve realizar e reviver dentro de sala de aula, a não

discriminação racial todos os dias, e não apenas em datas especiais ou comemorativas voltadas para o assunto.

5 CONCLUSÃO

A África é considerada o berço da humanidade e possui uma grande variedade de povos e uma vasta cultura. Contudo é vista através de uma visão etnocêntrica, ou seja, inferiorizada e os negros como algo ruim, sendo chamados até mesmo de animais. Essa concepção ainda está presente na sociedade e dentro da escola, que apresenta aos alunos pouco ou quase nada sobre o conteúdo africano e dando destaque a história europeia.

A miscigenação brasileira ocorreu com a chegada dos portugueses ao continente e com eles os escravos trazidos da África. Através da escravidão, os negros foram trazidos forçados ao Brasil e ainda sim mantiveram seus costumes vivos, mesclando aos da cultura existente na colônia. Gerando a grande diversidade racial e cultural existente no Brasil hoje, um país formado de misturas de raças e que hoje é considerado rico culturalmente. Contudo a maneira como os negros chegaram ao Brasil ainda reflete a questão do preconceito. No período escravocrata, os negros eram considerados animais e não possuía direitos, ao longo dos anos a luta pela liberdade e igualdade mudou esse quadro, mas o pensamento discriminatório continuou enraizado na sociedade brasileira.

É possível perceber que as crianças não possuem noção real de preconceito que é construída ao longo de sua vida por diversas influências externas e até mesmo da família e na escola. Contudo é possível trabalhar a mentalidade dos alunos para mudar essa realidade preconceituosa. Mesmo não sendo suficiente, atualmente, a legislação brasileira contribui de modo significativo na luta contra o preconceito. Na escola, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece parâmetros e a obrigatoriedade do ensino da cultura afro brasileira.

A educação pode ser considerada como um médio de combate ao preconceito. É possível mostrar algumas maneiras de diminuir esse preconceito através da escola, trabalhar desde os anos iniciais do ensino fundamental destacando e pontuando a história da África e dos negros brasileiro durante todo o ano e não apenas em datas especiais ou comemorativas, mostrara real figura do negro nos livros didáticos e principalmente apresentar todos os movimentos sociais e culturais que contribuíram para a formação de um Brasil plural. Essas atitudes dentro do ambiente escolar são essenciais para esclarecer as diferenças entre raças e culturas, valorizar a cultura afro brasileira e conseqüentemente diminuir o preconceito.

Mesmo não sendo um trabalho fácil é preciso conscientização e reflexão sobre o tema. Ao retomar a questão da importância do estudo da cultura afro-brasileira dentro das escolas, é

possível concluir o quanto essa questão contribui para a formação de cidadãos éticos com uma real noção de culturas diferentes e que negam ao preconceito e qualquer forma de discriminação. Para isso é necessário professores e toda equipe preparados para trabalhar a todo o momento no ambiente escolar, apoiados por leis educacionais que direcionam esse trabalho.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. (Vol. 10).
- BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 1-82. Disponível em <<http://ir.nmu.org.ua/bitstream/handle/123456789/142827190058e0b1b3e847d6a39627dff4fef2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em <tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/155518Indagacoes.pdf#page=29>. Acesso em: 15 maio 2016.
- COSTA, Kaline Ferreira; REIS, Maria Regina Alves dos; ARAUJO, Patrícia Cristina de Aragão. Sociedade preta e branca: percepções da intolerância religiosa e o papel da educação. **Caderno Imbodeiro**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2012. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/14147/8772>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em <www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567>. Acesso em: 10 maio 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. p. 66.
- MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PORTO, Humberta Gomes Machado. **Guia de estudo: cultura afro brasileira e educação indígena**. Varginha – MG. GEN. 2013.
- SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil africano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.